

TRADUÇÃO EM POLÍTICA CURRICULAR: produção de sentidos em contextos escolares

Andressa Alano Alves ¹
Juarez da Silva Thiesen ²

INTRODUÇÃO

Do cenário atual de repetidas resistências e (des) esperança a respeito do lugar chamado escola, encontro-me provocada pelo desejo de pesquisar o que habita para além dos aparentes discursos, textos, práticas curriculares, pedagógicas e políticas. É no cotidiano desse lugar que busco compreender como os sujeitos se articulam e tecem outros sentidos às proposições curriculares, criam e recriam significações no campo do conhecimento e do currículo, de modo a influenciar epistemologicamente disputas e negociações tecidas na produção da política curricular.

Diante da atual conjuntura nacional, marcada por tempos sombrios com propostas autoritárias por parte dos governos, interrogo-me diante das evidências de um contexto de crise acerca dos processos econômicos, políticos e socioculturais que se explica sob as bases de um capitalismo globalizado, que dentre inúmeros aspectos sinaliza a precarização do sistema de proteção social, a escassez dos direitos civis, sociais e políticos, bem como a redefinição do estado na produção e redistribuição da riqueza social. Ao observar-se tamanho descaso aos princípios constitucionais e democráticos que ameaçam um projeto de sociedade democrática e seus direitos sociais, destacaria entre eles o direito à educação.

Discussões essas que inclusive apontam enormes retrocessos em nosso país revelado pelas recentes medidas tomadas pelo atual governo que ameaçam o acompanhamento e a implementação de políticas públicas em educação, a liberdade de expressão e da livre manifestação de trabalhadores e estudantes da educação, entre outras adequações vividas surpreendentemente dia após dia. Observa-se ainda processos de interesses privativos, discriminatórios e antidemocráticos que forjam movimentos do tipo Escola sem Partido que

¹Doutoranda do PPGE da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, andressaalano@hotmail.com;

²Professor orientador: Dr. Juarez da Silva Thiesen, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, juarez.thiesen@ufsc.br;

por consequência afrontam à liberdade pedagógica e a construção de uma educação libertadora.

Nesse sentido, meu interesse de pesquisa emerge do cotidiano da escola e apresenta como proposição inicial a seguinte problemática: Como professores/as expressam no cotidiano da escola o movimento de tradução da política curricular, de modo a atribuir novos sentidos e significados à política curricular?

Sendo assim, o processo de tradução se constitui a partir de divergências, acordos, instabilidades e hibridez de sentidos, uma vez que nunca se deixam capturar por inteiro. Seria então, impossível pensar o movimento da tradução da política curricular desarticulado dos discursos sociais, visto que intrinsecamente eles se encontram atravessados por relações de poder, que por consequência são constituidoras das próprias relações sociais. “Discurso é, prática social. Todo espaço social deve ser considerado como um espaço discursivo (palavra e ação) formando assim totalidades significativas” (LACLAU, 2000, p.10). Sentidos e significados que deslizam às interpretações da tessitura do social, visto que o social se constitui produção discursiva (LACLAU&MOUFFE, 2011). Portanto, no contexto dessa pesquisa a política curricular é compreendida enquanto prática discursiva, por entendermos que as políticas são constituídas por meio de processos hegemônicos, elas traduzem os discursos de um determinado contexto local, conforme as fragilidades, possibilidades e limitações do mesmo contexto.

Desse modo, a Teoria do Discurso pressupõe uma perspectiva teórica que levará em consideração a complexidade da conjuntura social, que jamais se deixa capturar por inteiro, impede necessariamente a totalização dos sentidos particulares, refuta as tentativas de “fechamento completo dos sentidos sociais, são empreitadas sempre contingentes, incompletas e provisórias” (MENDONÇA, 2007, p. 250). Como uma lente teórico-metodológico, a Teoria do Discurso nos possibilita uma análise política no campo educacional, capaz de acolher a produção dos sentidos que ali contornam as relações, destituída de verdades fundantes, que desestabiliza consensos, gera antagonismos, dissensos e exclusões (LOPES, 2013).

Nos processos de articulação e negociação das políticas curriculares, as mesmas sofrem interferências, são ressignificadas e ganham outras nuances, inclusive epistemológicas, a partir das disputas que se estabelecem no cotidiano das escolas. Assim, no processo de (des)construção de uma política, do mesmo modo em que é elaborada, também vem a ser contestada e alterada, razão essa em que seus interlocutores não conseguem

predeterminar resultados e impactos a serem constituídos, uma vez que eles escapam às leituras, posicionamentos e reinterpretações, a medida em que se inserem em diferentes contextos, logo são as políticas curriculares recriadas e expressas por meio de novos sentidos e significações, ao mesmo tempo em que produzem e reproduzem novos posicionamentos, deslocamentos e fixações temporárias.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para desenvolver essa pesquisa, inicialmente a intenção é realizar um breve levantamento em bancos de dados dos trabalhos já realizados e que contemplam essa proposição de investigação, com vistas a situar a relevância da pesquisa e as novas contribuições que a mesma poderá agregar no contexto das pesquisas em educação, sobretudo no contexto das políticas curriculares no estado de Santa Catarina e no Brasil.

Num segundo momento, pretende-se estabelecer contato com os/as professores/as em seu contexto escolar. A imersão no cotidiano da escola, bem como nos diferentes espaços de discussões da política curricular municipal, se justifica pela necessidade de aproximação aos discursos existentes nos contextos escolares, compreender seus sentidos traduzidos pelos sujeitos, bem como a exigência que se apresenta ao etnógrafo de estabelecer uma convivência afetiva e uma escuta qualificada a partir das vozes dos sujeitos quando mobilizamos procedimentos metodológicos procedentes do campo de estudos da etnografia, tais como a observação, os registros no diário de campo, registros fotográficos e rodas de conversa com professores/as.

A escolha por esses procedimentos justifica-se, também, na medida em que a leitura do cotidiano da escola sugere uma metodologia que acolha as diferenças inerentes à condição humana, capaz de acolher as vozes de professores, professoras, crianças, experiências, crenças, rituais, para que se torne possível a imersão concreta na interação com os sujeitos da pesquisa. “A etnografia é calcada numa ciência, por excelência, do concreto” (FONSECA, 1998, p. 58). Portanto, a abordagem etnográfica solicita uma presença mais longa e intensa no cotidiano pesquisado, para situar as subjetividades dos sujeitos e compreender a escola enquanto lugar repleto de sentidos e significados passíveis de interpretação.

Após o período de imersão e observação com os/as professores/as nos diferentes espaços e tempos que envolvem, sobretudo situações, discussões e estudos que envolvem a política curricular municipal, pretendo organizar rodas de conversa, no mínimo 06 rodas de conversa com professores/as que consentirem participar. As rodas de conversa objetivam se constituir um dos procedimentos para a complementação do levantamento de dados, que a

partir das vozes dos professores/as e por meio dos registros e aproximações identificadas no diário de campo, possibilitam estreitar a interação e a conversação com e entre os/as professores/as. As rodas de conversa constituem-se ainda a oportunidade de ampliar o entendimento dos processos de tradução das políticas curriculares, que hegemoniza diferentes discursos e produz novos sentidos e verdades. Ainda que de modo contingente busca acolher os sentidos produzidos pelos sujeitos envolvidos, sem a pretensão de julgar ou emoldurar os discursos ali abordados e sim, interpretar as regularidades do campo através da descrição densa (GEERTZ, 1989) das interações vivenciadas pelos sujeitos do contexto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sendo assim, a pesquisa traduz algumas inquietações provisórias, mas que pretendem investir na acolhida aos discursos que se gestam no interior da escola, aqui reconhecida enquanto espaço de vida e criação.

A escola apresenta possibilidades criativas e criadoras, mas que transitam por entre concepções que ainda insistem em definir o modo de pensar para os sujeitos em determinados contextos, ao mesmo tempo em que pretende definir práticas pedagógicas capazes de transformá-los naquilo que “meninos e meninas devem ser”. Facetas estas de uma escola que também nos convida a olhar: Como se constituem currículos anacrônicos que inflam os fracassos escolares, as multirrepetências, as evasões e tantos outros ditos problemas de aprendizagem?

Desse modo, tais interrogações ainda que provisórias revelam os paradoxos de um cotidiano escolar pautado sob a concepção de elaboração e implementação de um currículo eficiente, que pouco se interroga ou se aproxima da escuta diante de quais conhecimentos compõem esse currículo, porque fazem ou não parte de determinados contextos. Inquietações diante dos processos curriculares que ao mesmo tempo nos convidam a compreendê-los por entre os meios de uma tecitura social produtora de desigualdades educacionais, alicerçadas na meritocracia que ora recompensa, pune, avalia, classifica e produz relações pautadas pelo gênero, a raça, as etnias entre outros conceitos que enquadram e enfatizam os binarismos pedagógicos. De que esse currículo se compõe? De que afectos esse currículo é capaz? (PARAÍSO, 2005). Currículo-memória, currículo-identidade, currículo-mapa, que acolhe a diversidade das relações, que rompe concepções no pensamento curricular, que provoca desordens, que abriga devires, que mira o olhar às práticas pedagógicas e que pouco se preocupa em dar respostas. Gosta de criar, de reinventar, de bailar por entre os interstícios,

promover encontros e desencontros, transgredir os binarismos para multiplicar os sentidos e significados expressos no cotidiano da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns apontamentos, ainda que iniciais sinalizam que pesquisar no campo das políticas curriculares presume a intenção de investigar a tradução empreendida na disputa por um discurso hegemônico, com a intenção de fixar sentidos e representações, mesmo que estes sejam provisórias e contingentes, afinal elas encontram-se sob os discursos de uma multiplicidade de sujeitos com suas subjetividades e posicionamentos. Tais traduções sofrem negociações e encontram-se pronunciadas, interpretadas e reproduzidas na construção do discurso hegemônico e interferem continuamente na produção das políticas de currículo.

Nesse sentido, perspectivas teóricas convocam-nos a indagar os modos pelos quais articulamos nossas investigações, aqui relacionadas às políticas curriculares, investimos sobre sentidos e efeitos que não alcançamos apreender? Desconstruímos discursos hegemônicos com intenção de fixar nossas concepções e percepções sobre a política? O que se faz o tempo todo, talvez signifique a tentativa de fixar sentidos, mas não é possível perder de vista esse movimento de tradução que “se dá sempre sobre o intraduzível. Não parte de uma amostra, não reproduz, ela produz outra coisa, acontece outra coisa” (LOPES, CUNHA&COSTA, 2013, p.406). Nossas apreensões são sempre parciais, onde nos é vetada a possibilidade de acessar a totalidade dos contextos, nos inscrevemos na cena como estrangeiros, sabedores da nossa incapacidade de responder a todas as interpelações, habitamos o lugar das inconstâncias, reiterado enquanto lugar da provisoriedade que nos colocará em relação ao inusitado e desconhecido.

Palavras-chave: Currículo, teoria do discurso, contextos escolares, política curricular

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem fronteiras. v. 1, n. 2, pp. 99-116, Jul./Dez. 2001
- DIAS, R. E., ABREU, R. G. de, LOPES, A.C. Stephen Ball e Ernesto Laclau na pesquisa em política de currículo. In: FERRAÇO, C. E., GABRIEL, C. T., AMORIM, A. C. (org.). Teóricos e o campo do currículo. Campinas-SP: FE/UNICAMP, 2012. E-book.
- FONSECA, Claudia. **Quando cada caso é um caso.** Pesquisa etnográfica e educação. Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1998. Disponível em:

www.anped.org.br/rbe/rbedigital/.../RBDE10_06_CLAUDIA_FONSECA.pdf
03/04/2015.

Acesso:

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

LACLAU, Ernesto. Estructura, historia y lo político. In: BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto, ZIZEK, Slavoj, Contingencia, hegemonía y universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda, trad. Cristina Sardoy, Graciela Homs, Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2ª edição, 2011.

_____. Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LOPES, Alice Casimiro; CUNHA, Erika; COSTA, Hugo Heleno Camilo. Da recontextualização à tradução: investigando políticas de currículo. **Currículo sem fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 392-410, 2013.

MENDONÇA, Daniel de. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 43, n. 3, p. 249-258, 2007.

PARAÍSO, Marlucey Alves. Currículo-mapa: linhas e traçados das pesquisas pós-críticas sobre currículo no Brasil. **Educação & Realidade**, v. 30, n. 1, 2005.